

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 22/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Quais são os requisitos constitucionais para a edição da Lei Orgânica Municipal? *(DR. AUGUSTO CÉSAR)*

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: Nos termos do art. 29, *caput*, da Constituição Federal:

- A) Dois turnos de votação (valor: 2,33)
- B) Interstício mínimo de 10 dias entre os dois turnos de votação. (valor: 2,33)
- C) Quórum qualificado de 2/3 para aprovação na Câmara de Vereadores (valor: 2,34)

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete) *(m)*

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 22/05/2023

() Manhã (X) Tarde.

EXAMINADOR: Francisco José de Oliveira Góis

(subst. Dr. Augusto)

PONTO SORTEADO: 03

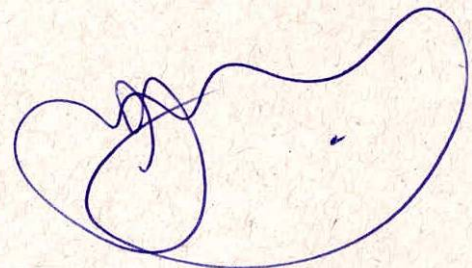
Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

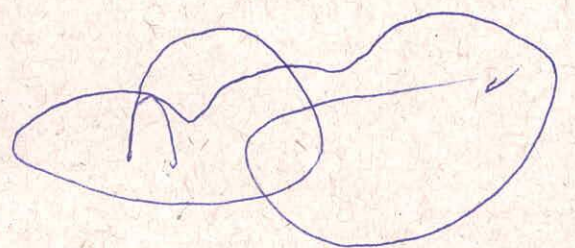
PERGUNTA do EXAMINADOR: Quais foram os critérios utilizados pelo legislador constituinte para promover a distribuição constitucional de competências?

É esperado que o(a) candidato(a) mencione e explique os dois critérios abaixo:

- A) Material: **preponderância do interesse**. A União tem competência sobre matérias de interesse geral/nacional; o Estado sobre matérias de interesse regional e os Municípios sobre matérias de interesse local; **(valor: 3,5)**
- B) Formal: A Constituição Federal enumera **expressamente** as competências da União e dos Municípios e reserva aos Estados-Membros as matérias remanescentes, isto é, não outorgadas à União e aos Municípios. **(valor: 3,5)**

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)





XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 23/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

DR. AUGUSTO CESAR

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: O que ocorre quando uma sentença condenatória proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra a República Federativa do Brasil não é cumprida pelo país, ou seja, quais as consequências do inadimplemento das sentenças da Corte Interamericana pelo Brasil?

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: O descumprimento das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos gera:

- A) Sanção moral e política aplicada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao Estado inadimplente **(valor: 3,0)**
- B) Possibilidade de execução da sentença no âmbito da jurisdição doméstica. **(valor: 3,0)**
- C) Responsabilização do agente público inadimplente **(valor: 1,0)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE.

DISCIPLINA: Constitucional

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DATA: 23/05/2023 () Manhã (x) Tarde

PONTO SORTEADO: 5

EXAMINADOR(A): SANDRO LUIZ DA COSTA

(subst. por AugustFo)

Conteúdo: PONTO 05 Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutações constitucionais. Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR:

a) O que é bloco de constitucionalidade e b) como é constituído no Brasil?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

A) bloco de constitucionalidade é o conjunto de normas materialmente constitucionais que servem de paradigma para o controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais no sistema jurídico brasileiro **(valor 4,0)**.

B) E, que no Brasil, o bloco de constitucionalidade é composto, além das normas dispostas no texto da constituição (além dos princípios constitucionais), também pela Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tratados e convenções internacionais de direitos humanos incorporados no ordenamento na forma do §3º, do art. 5º da Constituição Federal **(valor 2,0)**.

C) e de algumas emendas constitucionais que contém em seu corpo norma materialmente constitucional, embora não conste da Constituição formal tais como as EC 91/2016, 106/2022 e 107/2022. **(valor: 1,0)**

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 24/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: É possível a edição de medida provisória pelo Governador de Estado-Membro? *(DR. AUGUSTO CÉSAR)*

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: Segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, é possível a edição de medida provisória pelo Governador do Estado, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- A) Previsão expressa na Constituição Estadual; (valor: 3,5)**
- B) Observadas as regras do processo legislativo federal sobre medidas provisórias. (valor: 3,5)**

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 24/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Nos termos do art. 44 do Pacto de San José da Costa Rica, qualquer pessoa, grupo de pessoas ou entidade não-governamental pode apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação de direitos humanos positivados na Convenção Americana por um Estado Parte. Recebida a petição, a Comissão analisará a sua admissibilidade para posterior tramitação do caso. Sendo assim, quais são os requisitos de admissibilidade da petição? *(DR. AUGUSTO CESAR)*

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: De acordo com o artigo 46.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, são requisitos de admissibilidade da petição:

- A) Prévio esgotamento da jurisdição nacional. (valor: 1,75)**
- B) Inexistência de litispendência e coisa julgada internacional. (valor: 1,75)**
- C) Ausência do decurso do prazo de 06 (seis) meses contados da notificação do trânsito em julgado da decisão interna/nacional. (valor: 1,75)**
- D) Qualificação do peticionante. (valor: 1,75)**

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 25/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

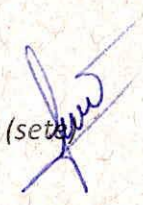
PERGUNTA do EXAMINADOR: Há direitos fundamentais absolutos, isto é, imunes a qualquer restrição ou limitação? Se sim, exemplifique e, em caso negativo, justifique. Os direitos fundamentais podem ser limitados ou restringidos? Explique. Há limites aos limites dos direitos fundamentais? Explique. *CDR. Augusto Cesari*

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A) Sim, há direitos fundamentais absolutos. Exemplos: liberdade de escolha de uma profissão ou ofício; liberdade de escolha de uma fé; proibição da escravidão e a proibição da tortura; **(valor: 2,0)**
- B) Os direitos fundamentais podem ser limitados:
- B.1) Pela própria Constituição Federal; **(valor: 1,0)**
- B.2) Pela lei, quando a Constituição autorizar; **(valor: 1,0)**
- B.3) Quando houver conflito entre direitos fundamentais ou entre direitos fundamentais e bens tutelados pela Constituição. **(valor: 1,0)**
- C) Sim, há limites aos limites dos direitos fundamentais, quais sejam:
- C.1) Núcleo ou conteúdo essencial do direito fundamental; **(valor: 1,0)**
- C.2) O princípio da proporcionalidade. **(valor: 1,0)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 25/05/2023

Manhã Tarde.

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito pode investigar atos do Poder Judiciário? Explique. E atos praticados em âmbito privado, isto é, na esfera privada? Explique.

CDR. AUGUSTO CEBAR

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal,

A) Sim. A Comissão Parlamentar de Inquérito pode investigar atos do Poder Judiciário, desde que não se trate de atos jurisdicionais, é dizer, somente atos não jurisdicionais (atos que se submetam à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Legislativo, tais como os atos administrativos, ou atos que se traduzam infrações político-administrativas praticados por magistrados) - (STF – HC 79.441). **(valor 3,5)**

B) Sim. A Comissão Parlamentar de Inquérito pode investigar atos praticados em âmbito privado, isto é, na esfera privada, desde que:

B.1) revestidos de potencial interesse público e; **(valor 2,0)**

B.2) cujo enfrentamento insira-se, ao menos em tese, dentre as competências do Congresso Nacional ou da respectiva Casa Legislativa que lhe dá origem (MS 33.751/DF). **(valor 1,5)**

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

[Assinatura]

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 26/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 01

Conteúdo: Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA DO EXAMINADOR: Henrique Ribeiro Cardoso

(subt. Dr. Augusto)

O Poder Legislativo pode realizar o controle repressivo de constitucionalidade?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A)** O art. 49, inciso V, da Constituição Federal autoriza o Congresso Nacional a sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar e a sustar os atos normativos que exorbitem dos limites da delegação legislativa (em se tratando de lei delegada).
- B)** O Congresso Nacional poderá rejeitar medida provisória editada pelo Presidente da República quando entendê-la inconstitucional (art. 62, § 5º).

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHILOSOPHY DEPARTMENT

PHILOSOPHY 101

LECTURE 1

1998

The first lecture of the course is devoted to an examination of the basic concepts of philosophy. We will begin by discussing the nature of philosophy and its relationship to other disciplines. We will then turn to a discussion of the history of philosophy, from ancient Greece to the present. Finally, we will explore some of the central issues in contemporary philosophy, such as the mind-body problem and the nature of truth.

The second lecture of the course is devoted to an examination of the basic concepts of philosophy.

The third lecture of the course is devoted to an examination of the basic concepts of philosophy.

PHILOSOPHY 101

LECTURE 2

The second lecture of the course is devoted to an examination of the basic concepts of philosophy. We will begin by discussing the nature of philosophy and its relationship to other disciplines. We will then turn to a discussion of the history of philosophy, from ancient Greece to the present. Finally, we will explore some of the central issues in contemporary philosophy, such as the mind-body problem and the nature of truth.

The third lecture of the course is devoted to an examination of the basic concepts of philosophy.

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DATA: 29/05/2023 (X) Manhã () Tarde

PONTO SORTEADO: 3

EXAMINADOR(A): SANDRO LUIZ DA COSTA

(subt. Dr. Augusto)

Conteúdo: PONTO 03 Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: explicita a competência concorrente no Brasil, abordando

- a) **Conceito: (1,5)**
- b) **Alcance/escopo (1,5)**
- c) **Existência de relação hierárquica entre os entes federativos na competência concorrente: (2,0)**
- d) **Há competência concorrente do município? (2,0)**

*** RESPOSTA PADRÃO**

explicita a competência concorrente no Brasil, abordando

a) Conceito: (1,5)

Competência legislativa prevista no artigo 24 da Constituição Federal entre a União, Estados e Distrito Federal.

b) Alcance/escopo (1,5)

União, Estado e Distrito Federal. Algumas matérias tratadas, tais como normas ambientais. União legisla sobre norma geral e quando a União não exerce essa competência, os Estados podem legislar sobre normas

gerais, até que venha a norma geral da União, sendo s̄uspensas as normas estaduais.

c) Existência de relação hierárquica entre os entes federativos na competência concorrente: (2,0)

Não há hierarquia, apenas limites traçados pela União no que tange às competências dessas normas.

d) Há competência concorrente do município? (2,0)

Formal e explicitamente não, por ausência de previsão na Constituição Federal, mas implicitamente sim, na competência supletiva municipal.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 29/05/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: Organização dos Poderes: Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

PERGUNTA DO EXAMINADOR: Henrique Ribeiro Cardoso

(subt. Dr. Augusto)

Pergunta: Acerca dos princípios constitucionais do Ministério Público:

Parte 1: Em que consiste o princípio da indivisibilidade do Ministério Público? Quais as implicações práticas de seu reconhecimento?

Parte 2: Em que consiste o princípio da independência funcional do Ministério Público? Pode haver manifestações contrárias de diferentes membros do MP nos mesmos autos?

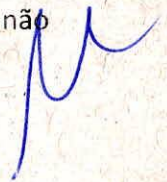
Parte 3: Esse princípio é absoluto ou não? Quais as implicações práticas de seu reconhecimento?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

Parte 1: A indivisibilidade permite que os membros do Ministério Público possam ser substituídos uns pelos outros, desde que da mesma carreira, segundo as prescrições legais.


Parte 2: A independência funcional revela que o Membro do Ministério Público deve obediência funcional unicamente à sua consciência e à Constituição Federal, não



havendo relação de subordinação hierárquico-funcional com a Chefia da Instituição, salvo, evidentemente, no plano administrativo.

Parte 3: Não. O princípio da independência funcional não autoriza o Membro do Ministério Público a adotar posicionamento jurídico teratológico ou a descumprir o plano de metas da Instituição.

* *Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 30/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: O direito à liberdade de expressão autoriza a formulação de piadas e brincadeiras com o uso de esterótipos derogatórios/negativos (ridicularização, por exemplo) sobre integrantes das minorias raciais?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que: De acordo com a literatura especializada,

A) Trata-se da prática de racismo recreativo. (valor 1,0)

B) A liberdade de expressão admite restrições/limitações não expressamente autorizadas pela Constituição Federal quando em conflito com outros direitos fundamentais e/ou bens tutelados pela Carta Magna. (valor 1,0). No caso, o racismo recreativo viola os seguintes princípios:

B.1) O direito à igualdade porque discriminatório (valor 1,0)

B.1) O princípio da dignidade da pessoa humana porque trata o alvo do discurso racista como meio de obtenção do prazer e do riso, bem como para a manutenção de privilégios da comunidade branca e; (valor 1,5)

B.2) O princípio da fraternidade porque não há no racismo recreativo reconhecimento, respeito nem responsabilidade para com as pessoas negras, uma vez que os indivíduos brancos, autores do discurso humorístico, para além de não enxergarem o negro como um igual a si em dignidade e humanidade, não assumem a responsabilidade pelo bem-estar dos membros da negritude na sua liberdade, mas, ao contrário, contribuem para a manutenção das desigualdades socioeconômicas a que estão sujeitas as minorias raciais e, por consequência, os privilégios raciais das pessoas brancas. (valor 1,5)

C) O racismo recreativo se caracteriza como uma modalidade de discurso de ódio. (valor 1,0)

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA II

DATA: 30/05/2023 () Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 1

EXAMINADOR(A): SANDRO LUIZ DA COSTA

(subt. Dr. Augusto)

Conteúdo: PONTO 01 Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Sobre o controle prévio ou preventivo de constitucionalidade e outras questões de inconstitucionalidade responda

- a) **Conceito: (1,5)**
- b) **Controle Preventivo pelo Legislativo (1,5)**
- c) **Controle Preventivo pelo Executivo (1,5)**
- d) **Controle Preventivo pelo Judiciário (1,5)**
- e) **O que é inconstitucionalidade nomodinâmica? (1,0)**

*** RESPOSTA PADRÃO**

Sobre o controle prévio ou preventivo de constitucionalidade e outras questões de inconstitucionalidade responda:

- a) **Conceito: (1,5)**

É o controle de constitucionalidade realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo, com o objetivo de impedir a inserção no ordenamento jurídico de normas inconstitucionais.

- b) **Como é realizado o controle prévio de constitucionalidade pelo Legislativo (1,5)?**

Através das comissões de constituição e justiça das Casas Legislativas.

c) Como é realizado o controle prévio de constitucionalidade pelo Executivo? (1,5)

Sim. Através do veto jurídico.

O Chefe do Poder Executivo poderá vetar projeto de lei quando entendê-lo inconstitucional.

d) Como é realizado o controle prévio de constitucionalidade pelo Judiciário? (1,5)

O STF entende ser possível a realização de controle judicial prévio de constitucionalidade em sede de mandado de segurança, impetrado por parlamentar, visando a observância das normas constitucionais do referido processo legislativo.

e) O que é inconstitucionalidade nomodinâmica? (1,0).

Sinônimo de Inconstitucionalidade material

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

**SANDRO
LUIZ DA
COSTA:45
387737515**

Assinado digitalmente por SANDRO
LUIZ DA COSTA:45387737515
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTION Multiple v5, OU=
08401647000193, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A3, CN=
SANDRO LUIZ DA
COSTA:45387737515
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Loc: Alca, 800
Data: 2022.05.30 20:13:48-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 31/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Segundo a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, qual a natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos? Explique. Em caso de conflito entre tratado internacional de direitos humanos e a Constituição Federal, qual o critério de resolução da antinomia/conflito é adotado? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

A) Segundo o Supremo Tribunal Federal:

A.1) Os tratados aprovados de acordo com o rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal são normas constitucionais, equivalentes às emendas à Constituição; (valor 1,0)

A.2) Os tratados que não observaram o rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal são normas supralegais, por força do art. 5º, § 2º, da Carta Magna. (valor 1,0)

B) No entanto, há entendimento doutrinário de que os tratados internacionais de direitos humanos são, todos eles, com fundamento no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, normas materialmente constitucionais porque tratam de tema intrinsecamente constitucional, na medida em que o conceito de constituição não pode ser construído desvinculado da ideia de constitucionalismo, que propõe a limitação do poder estatal por meio da Democracia, Estado de Direito e Direitos da Pessoa Humana. (valor 3,0)

C) O princípio do *pro homine* ou *pro personae* é o critério que deve ser adotado para a solução de antinomia entre tratado internacional de direitos humanos e a Constituição Federal, devendo-se aplicar a norma mais favorável ao ser humanos. **(valor: 2,0)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 31/05/2023

(....) Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3. Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: O que é mutação constitucional? Como se realiza a mutação constitucional, ou seja, quais são os instrumentos de operacionalização da mutação constitucional? Existem limites ao poder constituinte difuso? Quais?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A)** Mutação constitucional é o processo de transformação do sentido e alcance de normas constitucionais, sem que se opere, no entanto, modificação formal do texto constitucional. **(valor 1,0)**
- B)** A mutação constitucional se realizada por dois meios:
- B.1) Por via da interpretação da Constituição feita pelos órgãos estatais ou; **(valor 1,5)**
- B.2) Por meio dos costumes e práticas políticas socialmente aceitas. **(valor 1,5)**
- C)** A mutação constitucional não pode:
- C.1) contrariar o sentido gramatical do texto constitucional. Neste caso, somente pelo poder constituinte derivado reformador poder-se-á alterar o sentido da norma constitucional; **(valor 1,5)**
- C.2) alterar os princípios fundamentais ou a identidade material da Constituição. **(valor 1,5)**

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 01/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

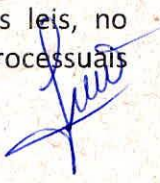
PONTO SORTEADO: 01

Conteúdo: Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Há no sistema jurídico brasileiro instrumentos próprios de exercício de controle jurisdicional de convencionalidade? Em caso positivo, quais são? Em caso negativo, como é exercido o controle de convencionalidade? Explique. Os membros do Ministério Público são obrigados a exercer o controle de convencionalidade ou se trata de mera faculdade? Justifique. Os precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos devem ser levados em consideração pelo Poder Judiciário para aferir a validade dos atos normativos brasileiros ou apenas o texto formal da Convenção Americana? Explique. Se houver conflito entre decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal com precedente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, qual deve ser o parâmetro de controle de validade do ato normativo interno? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A)** Não há. Toma-se por empréstimo dos instrumentos próprios do controle de constitucionalidade, a partir do designadamente constitucionalismo compensatório. **(valor 2,0)**
- B)** Sim. Tal obrigação decorre do art. 1.1 e art. 2º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ademais, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ocasião dos julgamentos dos casos Cabrera García e Montiel Flores vs. México (2010), Gelman vs. Uruguai (2011) e Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil (2016), decidiu que todos os órgãos do Estado vinculados à administração da Justiça são responsáveis pelo exame de convencionalidade das leis, no âmbito de suas respectivas competências e dos regulamentos processuais correspondentes. **(valor 2,0)**
- 

- C) A Corte Interamericana de Direitos Humanos, enquanto intérprete último da Convenção Americana, tem afirmado, desde o julgamento do Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile, ocorrido em 2006, a força obrigatória dos seus precedentes, ou seja, a eficácia vinculante à *ratio decidendi* ou aos fundamentos determinantes de suas decisões, de modo a obrigar os juízes e tribunais nacionais a adotar o sentido que tem atribuído à Convenção Americana. Trata-se da eficácia vinculante indireta, que se projeta para os outros Estados integrantes do Pacto de San José da Costa Rica, que não foram parte do litígio internacional. **(valor: 2,0)**
- D) Adota-se a decisão mais favorável e protetiva ao ser humano, em homenagem ao princípio do pro homine. **(valor: 1,0)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA
DISCIPLINA – DIREITO CONSTITUCIONAL

DIA 01/06/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO 05: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA G IS – PODER CONSTITUINTE

(subst. Tar. Augusto Cesar)

PERGUNTA: Em rela o ao poder constituinte,   possível o controle judicial do poder constituinte originário? O poder constituinte derivado reformador é um poder político ou jurídico? O poder constituinte derivado reformador é ilimitado?

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Não. STF – ADIN 815-3/DF e ADIN 3.300/DF. O STF não   fiscal do Poder Constituinte Originário. (3,0 pontos)
- b)   essencialmente um poder de Direito (jurídico) porque limitado pelo poder constituinte originário. (2,0 pontos)
- c) Não. O poder constituinte originário impôs limites ao poder de reformar a Carta Magna. (2,0 pontos)

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 02/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: A Constituição Federal de 1988 é a única norma dotada de supremacia no sistema jurídico brasileiro? Se sim, explique. Em caso negativo, justifique e indique quais normas são igualmente dotadas de primazia. É possível se extrair do texto constitucional o princípio da fraternidade? Explique. Qual o conteúdo do princípio constitucional da fraternidade? Justifique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A)** Não. Ao lado do texto formal da Constituição Federal de 1988, encontram-se, por exemplo, os tratados internacionais de direitos humanos, as normas constitucionais implícitas, o ADCT e os dispositivos de emendas à Constituição não incorporados ao texto constitucional. Justificativa: A Constituição é um sistema aberto de regras e princípios, uma obra incompleta, que vai além da Constituição formal, fruto do poder constituinte, que pode ser complementada. Essa perspectiva, aliada à cláusula de abertura do art. 5º, § 2º, da Constituição, permite identificar normas constitucionais independentemente de alteração formal da Constituição por meio de emendas, fruto do poder constituinte derivado reformador. É possível identificar normas de natureza constitucional a partir de seu conteúdo, tais como aquelas que organizam o exercício do poder político e definem direitos fundamentais, a estrutura o Estado e a organização dos Poderes, sobressaindo-se daí a distinção entre normas constitucionais formais e materiais. **(valor: 2,0)**
- B)** Sim. A fraternidade é um princípio constitucional implícito que encontra a sua fonte do preâmbulo da Constituição, na dignidade da pessoa humana, e nos objetivos da República Federativa do Brasil. **(valor: 2,0)**

C) O princípio constitucional da fraternidade tem dupla dimensão/significado:

C.1) uma dimensão assistencial, consistente na proteção recíproca entre as pessoas, sobressaindo-se daí obrigações de solidariedade, de respeito e de reciprocidade (responsabilidade social/deveres) para com o outro, reconhecendo que todos os indivíduos são dotados de igual dignidade e merecedores de reconhecimento, consideração e respeito profundo, e **(valor: 2,0)**

C.2) uma dimensão emancipadora, no sentido de que as pessoas devem estar livres de qualquer subordinação social e econômica, no sentido de que todos devem contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas e, particularmente, numa perspectiva de inclusão social. **(valor: 1,0)**.

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 02/06/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Acerca da repartição constitucional de competência: a) É constitucional lei estadual que regulamenta o programa jovem aprendiz? Explique; b) É constitucional lei estadual que proíbe a atividade de *delivery* de gasolina e etanol? Explique; c) É constitucional lei estadual que estabelece a reserva de 3% dos lugares disponíveis em salas de projeções, teatros e espaços culturais do Estado-Membro para pessoas obesas? Explique; d) É constitucional lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas de plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A) Não, por invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (art. 22, inciso I, da Constituição Federal). (valor: 1,75)**
- B) Não. Usurpa a competência privativa da União para legislar sobre energia (art. 22, inciso IV, da Carta Magna). (valor: 1,75)**
- C) Sim. A política de proteção e inclusão cultural de pessoas obesas se enquadra na competência concorrente dos Estados, da União e dos Municípios para promover acesso à cultura, esporte e lazer (art. 23, inciso V, e art. 24, inciso IX, ambos da Constituição). (valor: 1,75)**
- D) Sim. O município é competente para legislar concorrentemente sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, da Constituição). *(valor: 1,75)**

Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 05/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: A Constituição Federal de 1988 consagrou limitação temporal para o poder constituinte derivado reformador? Em caso positivo, indique-a(s). A Constituição Federal de 1988 consagrou limitações circunstanciais para o poder constituinte derivado reformador? Em caso positivo, quais são as limitações circunstanciais? A Constituição Federal de 1988 consagrou limitações procedimentais (formais) para o poder constituinte derivado reformador? Em caso positivo, quais são as limitações procedimentais?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A)** Não. A limitação temporal consiste na impossibilidade de reforma do texto constitucional durante certo período de tempo após a promulgação da Carta Magna. A CF/88 NÃO consagrou limitação temporal ao poder reformador. **(valor: 1,0)**
- B)** Sim. A CF/88, em seu art. 60, § 1º, veda a edição de emenda constitucional durante o estado de sítio, estado de defesa e intervenção federal. **(valor: 1,0)**
- C)** Há limites formais para o poder constituinte derivado reformador, quais sejam:
- C.1)** Limitações procedimentais subjetivas: A CF/88 conferiu iniciativa de emendas à Constituição, nos termos do art. 60, incisos I, II e III, ao: (a) Presidente da República; (b) a 1/3 (um terço), no mínimo dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; e (c) a mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, e **(valor: 2,5)**

C.2) Limitações procedimentais objetivas: (a) A proposta de emenda à constituição (PEC) deve ser discutida e aprovada, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional; (b) sendo necessário quórum qualificado de 3/5 (três quintos) dos membros de cada Casa do Congresso Nacional; e (c) a matéria constante de proposta de emenda à constituição (PEC) rejeitada ou prejudicada não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, somente no ano legislativo seguinte (art. 60, §§ 2º e 5º, da Constituição Federal). **(valor: 2,5)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 05/06/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR:

- 1) O Chefe da Superintendência Regional da Receita Federal pode negar à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, com base no dever de sigilo fiscal, pedido de transferência de dados fiscais relativos aos principais investigados em Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada pela Casa Legislativa? Explique.**
- 2) A Agência Nacional de Mineração autorizou a Caixa Econômica Federal a pesquisar e a lavrar bauxita e diamante nas terras indígenas do Povo Cinta Larga no Estado de Rondônia. Indaga-se: a referida autorização é constitucional? Explique.**
- 3) É possível a decretação da prisão civil, por comprovado débito alimentar, de Deputado Estadual? Explique.**

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A) Não. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem, por força do disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, os mesmos poderes instrutórios dos magistrados, de modo que pode decretar, por decisão fundamentada, a quebra do sigilo fiscal. (valor: 2,0)**
- B) Não. Compete ao Congresso Nacional autorizar, terras indígenas, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais, mediante decreto legislativo, conforme art. 49, inciso XVI, da Constituição Federal. (valor: 2,5)**
- C) Não. Os deputados estaduais gozam de imunidade formal quanto à prisão, que se estende à prisão civil por dívida alimentar, nos termos no art. 53, § 2º, c/c o art. 27, § 1º, ambos da Carta Constitucional. (valor: 2,5)**

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)